



ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 03.2025.264

DISPENSA PELO VALOR Nº 007/2025
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 11.774/2024
VALIDADE: 12 (doze) meses

O MUNICÍPIO DE JUIZ DE FORA, por intermédio da **SUBSECRETARIA DE LICITAÇÕES E COMPRAS DA SECRETARIA DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATO**, neste ato representada por seu **Subsecretário, Sr. Artur de Hollanda Batitucci**, e a sociedade empresária **1 BIT GESTAO E CONSULTORIA LTDA**, estabelecida na Av Gavioes, nº. 158 / Andar 2, Bairro: Laranjeira, CEP: 68.501-160, Cidade: Maraba/PA, CNPJ nº. 19.884.430/0001-41, pelo seu representante infra-assinado **Carlos Eduardo Lombardi Finezi**, CPF nº. 006.025.002-06, R.G. nº. 05052048107, doravante denominada **DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA**, nos termos das normas de caráter geral da Lei Federal nº 14.133/2021 e, considerando o resultado da **DISPENSA PELO VALOR, NA FORMA ELETRÔNICA, COM DISPUTA DE LANCES nº 007/2025**, para **REGISTRO DE PREÇOS**, conforme consta do **Processo Administrativo nº 11.774/2024**, e obedecidas as disposições pertinentes da Lei nº 14.133/21 (notadamente arts. 82 a 86), do Decreto Federal nº 11.462/23 e do Decreto Municipal nº 15.857/23, firmam a presente **Ata de Registro de Preços**, nas condições seguintes:

1. DO OBJETO E DOS PREÇOS REGISTRADOS

1.1. A presente Ata tem como objeto o registro de preços para Aquisição de certificados digitais e-CPF e e-CNPJ e SSL WILDCARD, para atendimento das demandas das Unidades da Administração Direta e Indireta do Município de Juiz de Fora, conforme especificações constantes do Termo de Referência da Dispensa nº 007/2025 do Processo Administrativo nº 11.774/2024, para atender demanda da SECRETARIA DE LICITAÇÕES E GESTÃO DE CONTRATOS - SELICON, doravante denominada UNIDADE REQUISITANTE.

1.2. Os preços da proponente classificada em 1º lugar no certame encontram-se indicados no quadro abaixo:

Item	Qtd.	Un.	Descrição	Valor unitário	Valor Total
2	52	Serviço	Emissão de Certificação Digital A1 e-CNPJ com validade de 01 (um) ano.	R\$ 58,00	R\$ 3.016,00
4	69	Serviço	Emissão de Certificação Digital A3 e-CNPJ com dispositivo de armazenamento tipo token. Tipo: e-CNPJ. Emitido por autoridade certificadora credenciada pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP Brasil. Validade: 3 anos, contados a partir da data do aceite definitivo do certificado.	R\$ 117,00	R\$ 8.073,00



Item	Qtd.	Un.	Descrição	Valor unitário	Valor Total
5	2	Serviço	Emissão de Certificado Digital SSL Wildcard OV 1 ano	R\$ 1.223,51	R\$ 2.447,02

1.3. A pretensa aquisição deverá observar as especificações, quantitativos máximos e valores de referência dispostos na tabela abaixo:

Quantidade de certificados digitais estimados					
UG	A1 e-CPF	A1 e-CNPJ	A3 e-CPF	A3 e-CNPJ	SSL Wildcard OV
DEMLURB	6	2	6	2	
FUNALFA	3	1	3	1	
JFPREV	2	2	2	2	
MAPRO	3	2	3	1	
PROCON	1	3	2	2	
SS	5	5	5	5	
SELICON	41	37	73	56	2
TOTAL	61	52	94	69	2

2. VIGÊNCIA

2.1. Nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/21, a presente Ata de Registro de Preços vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses, a partir da data da sua publicação no Diário Oficial do Município, acompanhada da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas.

2.1.1. O ato de prorrogação da vigência da ata deverá indicar expressamente o prazo de prorrogação, devendo ser considerado apenas o saldo remanescente, o observado o prazo máximo de vigência de 1 (um) ano, prorrogável por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso.

2.1.2. A prorrogação do prazo da Ata de Registro de Preços deverá considerar, além do preço, o desempenho da proponente na execução das obrigações anteriormente assumidas.

2.1.3. A prorrogação da vigência da ata de registro de preços deve ser precedida de ampla pesquisa de mercado, a fim de verificar a adequação dos preços registrados aos parâmetros de mercado no momento da prorrogação, aferida por meio dos parâmetros previstos no art. 23 da Lei Federal nº 14.133/2021.

3. FORMA E PRAZO DE PAGAMENTO

3.1. O pagamento será em até 30 (trinta) dias e efetuado pela Unidade Requisitante, creditado em favor da Contratada, através de ordem bancária contra a entidade bancária indicada na proposta (conforme modelo descrito abaixo), em que deverá ser efetivado o



crédito, o qual ocorrerá posteriormente à data de apresentação da competente nota fiscal/fatura e, em anexo a esta, o atestado de fiscalização emitido por servidor lotado na Unidade Requisitante, responsável pela fiscalização da contratação:

BANCO: _____
AGÊNCIA: _____
CONTA CORRENTE: _____
LOCALIDADE: _____

3.2. As notas fiscais deverão ser emitidas em moeda corrente do país.

3.3. Para efeito de cada pagamento, a nota fiscal/fatura deverá estar acompanhada da autorização de uso da nota fiscal eletrônica.

3.4. No caso da não apresentação da documentação de que trata o subitem anterior ou estando o objeto em desacordo com as especificações e demais exigências previstas, fica a Unidade Requisitante autorizado a efetuar o pagamento, em sua integralidade, somente quando forem processadas as alterações e retificações determinadas, sem prejuízo da aplicação, à Contratada, das penalidades previstas.

3.5. A Unidade Requisitante poderá descontar do pagamento importâncias que, a qualquer título, lhes sejam devidas pela Contratada, por força da contratação.

3.6. Quando ocorrer a situação prevista no subitem anterior, não correrá juros ou atualizações monetárias de natureza qualquer, sem prejuízo de outras penalidades previstas.

3.7. Os documentos de cobrança deverão ser corretamente emitidos e no caso de incorreções serão devolvidos, e o prazo para o pagamento contar-se-á da data de reapresentação da nota fiscal eletrônica/fatura.

3.8. Ocorrendo atraso de pagamento por culpa exclusiva da Unidade Requisitante, o pagamento será realizado acrescido de atualização financeira e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, e os juros de mora serão calculados à taxa de 0,5% (meio por cento) ao mês, através da seguinte fórmula:

$$I (TX/100) \\ 365 \\ EM = I \times N \times VP$$

Onde:

I = índice de atualização financeira;

TX = percentual da taxa de juros de mora anual;

EM = encargos moratórios

N = número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = valor da parcela em atraso.

3.9. Para a hipótese definida no subitem anterior, a Contratada fica obrigada a emitir fatura suplementar, identificando de forma clara que se trata de valor pertinente à atualização financeira originária de pagamento de fatura em atraso por inadimplemento da Unidade Requisitante.

4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS



4.1. A recusa da adjudicatária em assinar o termo de contrato ou em retirar o instrumento equivalente dentro do prazo estabelecido caracteriza o descumprimento total das obrigações assumidas, independentemente do disposto no subitem 16 do Termo de Referência que integra o Processo nº 14.131/24, sujeitando-a às penalidades previstas no subitem 6.2 desta Ata de Registro de Preços.

4.2. Em razão das condutas previstas no art. 155 da Lei Federal nº 14.133/2021, a Unidade Requisitante poderá, sem prejuízo responsabilidade civil e criminal que couber, aplicar as seguintes sanções, previstas no art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021:

- a) Advertência;
- b) Multa;
- c) Impedimento de licitar e contratar, pelo prazo de até 3 (três) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

4.3. A aplicação da sanção prevista na alínea “b” e observará os seguintes parâmetros:

4.3.1. 0,1% (um décimo por cento) até 1% (um por cento) por dia útil sobre o valor do exame em atraso, em caso de atraso na prestação de serviço agendado, a título de multa moratória, limitada a incidência a 15 (quinze) dias úteis.

4.3.2. 10% (dez por cento) até 15% (quinze por cento) sobre o valor do exame em atraso, em caso de atraso no fornecimento por período superior ao previsto no subitem anterior ou de inadimplemento parcial da obrigação assumida;

4.3.3. 15% (quinze por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor do exame, em caso de inadimplemento total da obrigação, inclusive nos casos de extinção por culpa da Proponente; e

4.3.4. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias autorizará a Unidade Requisitante a promover a rescisão da contratação.

4.3.5. As penalidades de multa decorrentes de fatos diversos serão consideradas independentes entre si.

4.4. As sanções somente serão aplicadas após o decurso do prazo para apresentação de defesa prévia do interessado no respectivo processo, no prazo de 15 (quinze) dias úteis (arts. 157 e 158 da Lei nº 14.133/21), observadas as demais formalidades legais.

4.5. As sanções previstas nas alíneas “a” e “d” e do caput desta cláusula poderá ser aplicada juntamente com aquela prevista na alínea “b”, e não exclui a possibilidade de rescisão unilateral da contratação.

4.6. A multa prevista na alínea “b” do item 6.2 desta Ata de Registro de Preços não possui caráter compensatório, e, assim, o pagamento delas não eximirá a DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA de responsabilidade pelas perdas e danos decorrentes das infrações cometidas.



4.7. As multas aplicadas poderão ser compensadas com valores devidos à DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA mediante requerimento expresso nesse sentido.

4.8. Ressalvada a hipótese de existir requerimento de compensação devidamente formalizado, nenhum pagamento será efetuado à DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA antes da comprovação do recolhimento da multa ou da prova de sua relevação por ato da Administração, bem como antes da recomposição do valor original da garantia, que tenha sido descontado em virtude de multa imposta, salvo decisão fundamentada da autoridade competente que autorize o prosseguimento do processo de pagamento.

4.9. A aplicação das sanções previstas no item 6.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral, pela DETENTORA / PROMITENTE FORNECEDORA, do dano por esta causado à Administração Pública.

4.10. A personalidade jurídica poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos nesta Lei ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

5. DOS PREÇOS REGISTRADOS E CANCELAMENTO DA ATA E DO PREÇO REGISTRADO

5.1. Os preços registrados poderão ser alterados por ocasião de sua atualização periódica, voltada à manutenção da conformidade dos valores com a realidade de mercado do respectivo exame.

5.2. O preço registrado poderá ser revisto em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que acarrete modificação significativa e suficiente a alterar o custo da execução do exame de PET CT e inviabilize a execução tal como pactuado, cabendo ao órgão gerenciador realizar as negociações necessárias junto ao detentor do registro de preços.

5.3. Observado o disposto no item anterior, quando o preço inicialmente registrado, por motivos adversos e imprevisíveis, tornar-se superior ao preço praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

- a) convocar o fornecedor registrado, obedecida a ordem de classificação, com vistas a negociar a redução dos preços e sua adequação aos praticados pelo mercado;
- b) frustrada a negociação, o proponente detentor do registro será liberado dos compromissos assumidos, sem aplicação de penalidades administrativas;
- c) convocar os demais fornecedores, na ordem de classificação obtida no certame, com vistas a igual oportunidade de negociação.



5.4. Quando o preço de mercado se tornar superior aos preços registrados e a empresa detentora, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o detentor do compromisso assumido, sem aplicação da penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e documentos comprobatórios apresentados, e se a comunicação, devidamente formalizada, ocorrer antes da solicitação do serviço;

b) convocar as demais empresas que aceitaram cotar o objeto em preço igual ao do vencedor, assegurada a preferência de contratação de acordo com a ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

5.5. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

5.6. A Ata de Registro de Preços será cancelada, total ou parcialmente, pelo órgão gerenciador:

a) pelo decurso do prazo de vigência;

b) pelo cancelamento de todos os preços registrados;

c) por fato superveniente, decorrente caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução obrigações previstas na ata, mediante demonstração suficiente;

d) por razões de interesse público, devidamente justificadas;

e) no caso de substancial alteração das condições de mercado.

5.7. O preço registrado será cancelado nos seguintes casos:

5.7.1. Por iniciativa da Administração:

a) quando a empresa detentora do registro não assinar a ata de registro de preços de prestação de serviços no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável.

b) em qualquer das hipóteses de inexecução total ou parcial da contratação;

c) quando a empresa detentora do registro for liberada;

d) quando a empresa detentora do registro descumprir as condições da ata de registro de preços, sem justificativa aceitável;

e) quando a empresa detentora do registro não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desse se tornar superior àqueles praticados no mercado;



f) quando a empresa detentora do registro sofrer a sanção prevista no inciso IV do art. 156 da Lei Federal nº 14.133/2021;

g) quando a empresa detentora do registro não aceitar o preço revisado pela Administração;

5.7.2. Por iniciativa da empresa detentora do registro, mediante solicitação formal, comprovando a impossibilidade de cumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preços, devidamente aceita pela Administração.

5.8. No caso de cancelamento da ata ou do registro do preço por iniciativa da Administração Pública Municipal, será assegurado o contraditório e a ampla defesa.

5.9. Na hipótese prevista no item anterior, o prestador será notificado por meio eletrônico para apresentar defesa no prazo de 5 (cinco) dias, a contar do recebimento da comunicação.

5.10. Na hipótese de cancelamento do preço registrado, poderão ser convocados os proponentes remanescentes para a formalização da ata de registro de preços de prestação de serviço de exame de PET CT, respeitada a ordem de classificação e observado o preço da proposta vencedora, bem como os requisitos de habilitação.

5.11. O cancelamento dos preços registrados deverá ser formalizado por escrito e comunicado à empresa detentora por meio de correspondência com aviso de recebimento e por publicação no Diário Oficial do Município de Juiz de Fora, juntando-se o comprovante da notificação aos autos do processo em que reduzido a termo o registro de preços.

6. DA ADESÃO

6.1. A Ata de Registro de Preços discriminará o item que compõe o objeto do certame, com os respectivos preços unitários e totais, ficando esclarecido que a contratação das aquisições obedecerá à conveniência e às necessidades da Administração, que não se obriga a requisitar todas as quantidades registradas.

6.2. A Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência e mediante autorização prévia do órgão gerenciador, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade, da Administração Pública Municipal ou de outros entes federativos, que não tenha participado do certame licitatório, desde que seja justificada no processo a vantagem de utilização da ata e haja a concordância do fornecedor ou prestador detentor da ata.

6.2.1. Pretendida adesão à ata de registro de preços, fica condicionada à apresentação dos documentos de apresentação do Ente aderente.

6.2.2. O Aderente deverá fazer a sua requisição de Adesão à Ata de Registro de Preço por meio do site oficial da Prefeitura de Juiz de Fora – MG, Prefeitura Ágil (<https://www.pjf.mg.gov.br/agil/>), via Protocolo – Outros - Assuntos diversos.



6.3. O detentor do registro de preços, após a convocação formal por parte do órgão gerenciador do sistema, manifestará interesse em atender ou não à nova solicitação de acréscimo, desde que não comprometa a execução das quantidades de exames já registradas.

6.4. As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item 8.2 não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) do quantitativo do item do instrumento convocatório registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes.

6.5. O quantitativo decorrente das adesões à ata de registro de preços a que se refere o item 8.2 não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

6.6. Caberá ao prestador detentor da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento ou prestação decorrente de adesão, o que fará no compromisso de não prejudicar as obrigações presentes e futuras decorrentes da ata, assumidas com o órgão gerenciador e com os órgãos participantes.

6.7. Não será concedida nova adesão ao órgão ou entidade que não tenha consumido ou contratado o quantitativo autorizado anteriormente.

6.8. A existência de preços registrados em Ata de Registro de Preços vigente não obriga a Administração a efetuar contratações unicamente com aquelas empresas detentoras do registro, cabendo-lhes, no entanto, a preferência na contratação em igualdade de condições.

6.9. Dentro do prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, a empresa detentora que tiver seu preço registrado ficará obrigada à prestação dos serviços de exame, observadas as condições do Termo de Referência e da própria Ata de Registro de Preços.

6.10. A empresa detentora que tiver seu preço registrado se obriga a manter, durante o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços, todas as condições de habilitação exigidas no Termo de Referência nº 66/2024.

7. FORO

7.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Juiz de Fora para dirimir quaisquer dúvidas oriundas da presente Ata de Registro de Preços, renunciando as partes desde já a qualquer outro, por mais especial ou privilegiado que seja.



8. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

8.1. Integram esta Ata, o Termo de Referência nº 66/2024/SS e a proposta de preço da proponente vencedora.

8.2. E por estarem justos e acordados, assinam a presente ata, para que produza seus regulares efeitos.

Juiz de Fora - MG, data da assinatura da eletrônica.

ARTUR DE HOLLANDA BATITUCCI
Subsecretário de Licitações e Compras/ SELICON

1 BIT GESTAO E CONSULTORIA LTDA
Detentora / Promitente Fornecedora



VERIFICAÇÃO DAS ASSINATURAS



Código para verificação: 037E-63E7-8AE7-2916

Este documento foi assinado digitalmente pelos seguintes signatários nas datas indicadas:



1 BIT GESTAO E CONSULTORIA LTDA (CNPJ 19.884.430/0001-41) VIA PORTADOR CARLOS EDUARDO LOMBARDI FINEZI (CPF 006.XXX.XXX-06) em 22/05/2025 12:07:51 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Autoridade Certificadora SERPRORFBv5 << AC Secretaria da Receita Federal do Brasil v4 << Autoridade Certificadora Raiz Brasileira v5 (Assinatura ICP-Brasil)



ARTUR DE HOLLANDA BATITUCCI (CPF 052.XXX.XXX-70) em 22/05/2025 15:21:35 GMT-03:00

Papel: Parte

Emitido por: Sub-Autoridade Certificadora 1Doc (Assinatura 1Doc)

Para verificar a validade das assinaturas, acesse a Central de Verificação por meio do link:

<https://juizdefora.1doc.com.br/verificacao/037E-63E7-8AE7-2916>